



A posição da América Latina no comércio internacional: uma crítica marxista às vantagens comparativas

Vinícius Azevedo Bastos

Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de São Paulo.

Nathan Barbosa dos Santos

Mestrando em Economia do Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo

O presente artigo apresenta a visão ricardiana de comércio internacional, as críticas marxistas a esta visão e a interação comercial da América Latina com os países centrais. Começa-se com uma breve explanação das concepções de moeda de Ricardo e Marx, onde são postas as diferenças de ambas. A teoria de comércio internacional de Ricardo é explicada a partir da sua visão sobre moeda, e, sequencialmente, se demonstra como a visão marxista desconstrói o mundo de comércio idealizado por Ricardo. Por fim, duas análises de diferentes períodos sobre o comércio da América Latina com os países do centro são postas.

Palavras-chave: Vantagens Comparativas; Moeda; Comércio Internacional; América Latina.

JEL code: B51, E40, F10, F40

Abstract

This article presents the ricardian view on international commerce, the Marxists critiques to this view and the commercial interaction of the Latin America with rich countries. It starts with a brief explanation of the monetary conceptions of Ricardo and Marx, pointing the differences. Ricardo's international commerce theory is then explained starting from his monetary view and, right after, the Marxist view deconstructs the world idealized by Ricardo. Lastly, two analyses about the Latin America commerce with rich countries in different periods are shown.

Key words: Comparative Advantage; Money; International Commerce; Latin America.

Classificação JEL: B51, E40, F10, F40

1. Introdução

As diferentes teorias de moeda modificam drasticamente as considerações sobre um mesmo tema. Para Ricardo, a moeda é um bem assim como qualquer outro, e sua atribuição é de somente facilitar as trocas, enquanto Marx vê a moeda como uma mercadoria única, detentora da equivalência universal e capaz de ser



trocada por qualquer coisa a qualquer momento. Estas divergências na concepção monetária são suficientes para as possíveis conclusões sobre o funcionamento do comércio mundial serem completamente diferentes.

Em sua teoria do comércio internacional, Ricardo elabora o princípio das vantagens comparativas, sendo este dependente de sua concepção de moeda. Utilizando-se deste princípio, Ricardo garante que o livre comércio entre nações desiguais é capaz de exaltar nações pequenas e equipará-las aos países ricos. O princípio das vantagens comparativas atravessa os tempos e se mantém quase intacto nas teorias mais atuais do *mainstream*. Mas, empregando a concepção marxista de moeda, se obtém uma conclusão completamente diferente: o comércio livre entre nações desiguais aprofunda as desigualdades e serve como um instrumento de dominação e expropriação de valor.

Sabendo-se que as conclusões marxistas são fundamentalmente opostas às ricardianas, este artigo se propõe a entender as críticas marxistas ao sistema de comércio idealizado por Ricardo e confrontar as visões com estudos que descrevem o comércio entre a América Latina e países centrais. Para isto, este trabalho contará com 5 seções. A primeira é a presente introdução. A segunda seção traz as diferenciações de moeda para Ricardo e Marx. Na terceira seção estão colocados o princípio das vantagens comparativas e as críticas marxistas a este conceito. A quarta seção é composta por duas análises sobre a América Latina em comércio com os países centrais em períodos diferentes. E a quinta seção contém as considerações finais.

2. As discordâncias das concepções monetárias de Ricardo e Marx

Ricardo é um dos economistas clássicos precursores da defesa do livre comércio internacional, uma vez que o mesmo creditava às trocas entre países o aumento do produto e, por conseguinte, o aumento da satisfação total⁸⁷. Sua visão monetária equilibrada explica sua crença num mecanismo de ajuste automático que regula as balanças comerciais entre os países que participam do comércio mundial, sendo este um dos pilares das vantagens comparativas.

⁸⁷ Ricardo (1996, p. 93).



Do ponto de vista de Ricardo, a moeda, que era ouro e outros metais preciosos, possuía um valor intrínseco dependente da sua escassez, da quantidade de trabalho utilizada para encontrar estes metais e do valor dos capitais utilizados nas minas (RICARDO, 1810). No caso da variação na quantidade de moeda, de modo semelhante a David Hume, há implicação sobre os preços gerais a depender da quantidade de mercadorias em circulação. Apesar dessa variação nos preços, Ricardo acreditava que o valor intrínseco da moeda regularia os preços ao seu nível de equilíbrio. Assumindo a moeda apenas como meio de troca (sendo então uma mercadoria como outra qualquer) e com possibilidades de livre conversão, é possível que, em vista da valorização ou desvalorização da moeda, a demanda e oferta pelos lingotes de metais preciosos trouxessem um equilíbrio para o preço da moeda e conseqüentemente para os preços das demais mercadorias (LAPAVITSAS, 2016). A convertibilidade aqui se entende como a possibilidade de trocar as notas bancárias pelo seu lastro metálico, e a inexistência da mesma rui o esquema de Ricardo ao não possibilitar o equilíbrio da oferta e demanda pelos lingotes.

Esta concepção de moeda não perde sua tendência ao equilíbrio em situação de mercado aberto. Na economia mundial, a moeda, em situação de equilíbrio, se distribuirá aos países de acordo com sua necessidade para circulação de bens e terá o mesmo valor em todo o mundo, e isto implica em uma balança de pagamentos mundial em equilíbrio, ou seja, uma economia mundial de trocas (LAPAVITSAS, 2016, p.80). Ou seja, quando a moeda tem o mesmo valor em todo o mundo, não faz sentido, na visão de Ricardo, que essa moeda vá de um país para outro. Se um país tem excesso de moeda, então os preços locais ficam mais altos diante da moeda que perde valor devido sua abundância, sendo racional transformar esta moeda em lingotes para exportar para onde for mais rentável, o que deve retomar o equilíbrio. Dentro do mecanismo de ajuste automático utilizado por Ricardo, evidentemente dependente da Teoria Quantitativa da Moeda⁸⁸, na ocorrência de desequilíbrios, os déficits e superávits de balança de

⁸⁸ “Essencialmente, a Teoria Quantitativa da Moeda é a hipótese sobre a causa principal das variações no valor da moeda. Estabelece que o estoque de moeda, ‘M’, é o principal determinante do nível geral de preços, ‘P’.” (CORAZZA; KREMER, 2003, p. 67).



pagamentos representam somente que foi vantajoso exportar e importar moeda-mercadoria, e eles ocorrem até o reestabelecimento do equilíbrio.

Por sua vez, Marx parte, assim como Ricardo, da noção de valor-trabalho da moeda e da simplificação da moeda como metais preciosos. Confunde-se quem vê Marx como um discípulo de Ricardo por considerar que a concepção de valor tem implicações diretas em todo o desenvolvimento da interpretação da moeda (MOLLO, 1991). Apesar do ponto de partida em comum, Marx não vê a moeda como uma mercadoria qualquer, pois a mesma possui atributos únicos que caracterizam e determinam todas as (necessariamente monetizadas) economias capitalistas. Para ele, o ouro utilizado como moeda já foi um dia apenas uma mercadoria, mas, ao ser excluído do circuito das mercadorias e validado como monopolista da equivalência geral, o ouro passa a ser moeda, sendo a única coisa imediatamente aceita em troca de qualquer mercadoria (BRUNHOFF, 1976). A partir destas noções, Marx analisa, exatamente nesta ordem, a moeda como medida de valor, como meio de circulação e demais características próprias da moeda.

A moeda é medida de valor porque é a equivalente geral, então todos os bens têm seu valor medido em termos de moeda. Como a moeda é ela própria o valor gerado pelo trabalho, e como ela pode ser equiparada a qualquer outra mercadoria que também é fruto do trabalho, então a moeda é capaz de medir o valor das mercadorias que se confrontam no âmbito comercial. As mercadorias se expressam em preços e seus devidos valores se expressam através da moeda (BRUNHOFF, 1976).

Sendo a equivalente universal e a medida de valor, conseqüentemente a moeda tem também a função de meio de circulação. Nas palavras de Brunhoff (1976, p. 30), “money as medium of circulation is not merely the manifestation but the *practical* guarantee of the role of money as measure of value” (grifo da autora). A ideia de circulação de Marx difere da visão de Ricardo, pois o primeiro concebe o total de moeda circulando na esfera de trocas como dependente do valor total das mercadorias e da velocidade da circulação, enquanto para o segundo a quantidade de moeda em circulação é o total que uma economia possui, e este total determina



o nível dos preços nominais das mercadorias. Neste sentido, para Marx, que rompe com a Teoria Quantitativa da Moeda seguida por Ricardo, a formação de entesouramento não só é possível como é necessária, agindo como um estoque onde se coloca e se retira moeda para manter a quantidade necessária para a circulação dos bens (LAPAVITSAS, 2016). Qualquer quantidade de moeda acima do necessário para a circulação deixará de circular entre as mercadorias para tomar forma de entesouramento, aumentando a disponibilidade de dinheiro para empréstimos, causando não uma elevação dos preços, mas sim uma redução da taxa de juros. Diante de uma queda da taxa de juros, há aumento da demanda efetiva, e esta elevação da demanda efetiva é acompanhada de um aumento da oferta de bens, o que explica a não ocorrência de uma elevação dos preços. Neste ponto, Marx, além de discordar que toda moeda de uma economia está em circulação, também discorda da existência de pleno emprego, axioma relevante para a consideração da quantidade de moeda como determinante do nível de preços (SHAIKH, 1980).

O entesouramento seria uma das características observáveis apenas na moeda, em discordância com a visão de Ricardo da mesma ser uma mercadoria qualquer. O reconhecimento coletivo da moeda como reserva de valor faz com que ela seja desejada, é o próprio valor solidificado e a possibilidade de troca por qualquer bem. Então, o entesouramento seria um meio de adquirir poder social através da moeda (MOLLO, 1998). Ainda nestas características mais específicas, a moeda possui função de moeda universal, sendo o meio para a realização de trocas entre as nações e para transferência de riqueza entre elas. Ou seja, os países que desejam participar do comércio mundial devem possuir reservas dessa moeda universal (LAPAVITSAS, 2016).

É no sentido dos atributos específicos da moeda que Marx afirma contundentemente que não existe um mecanismo equilibrista que regula a balança de pagamento entre os países, contrariando Ricardo e validando parcialmente a ideia Mercantilista sobre os Estados precisarem manter reservas de ouro (BRUNHOFF, 1976). Se a moeda é uma mercadoria com características únicas e, portanto, diametralmente diferente das outras, não há por onde concluir a

existência de leis de mercado comuns à moeda e a qualquer outra mercadoria. A possibilidade de haver entesouramento, por exemplo, desconstrói a Teoria Quantitativa da Moeda, onde se apoia o mecanismo de ajuste automático. A implicância da moeda para Marx no comércio internacional ficará mais clara nas críticas às vantagens comparativas na seção posterior.

Fica evidente a discordância de Marx e Ricardo, a despeito do ponto de partida comum, em muito sobre o que é e como a moeda opera na economia. A atribuição da moeda a um papel secundário dada por Ricardo (e outros autores clássicos) é apontada por Marx como um erro para o entendimento do funcionamento da economia capitalista, vendo-a como um simples sistema de trocas monetizado (MOLLO, 1998).

A partir de sua visão de moeda e do mecanismo de ajuste automático do balanço de pagamentos, Ricardo desenvolve uma teoria de comércio internacional baseada no princípio das vantagens comparativas, cuja conclusão aponta positivamente para um livre comércio mundial sem ônus aos países poucos produtivos ou bônus para os muito produtivos (GONTIJO, 2007). Sabendo-se que há uma divergência na concepção de moeda entre Marx e Ricardo, torna-se interessante entender esta teoria e seu princípio básico para confrontá-la com a visão marxista sobre a mesma.

3. As vantagens comparativas ricardianas e suas críticas

O princípio das vantagens comparativas é fundado por Ricardo em sua resposta crítica à concepção smithiana das vantagens absolutas no comércio internacional. Smith considerava que, no comércio internacional, cada país exportaria o bem cujo custo de produção é absolutamente menor que os demais, promovendo a eficiência e aumentando a quantidade de bens em circulação (GONTIJO, 2007). Neste ponto, Smith coloca o comércio internacional como desejável e possível apenas entre países com as condições especificadas, excluindo os países sem vantagens absolutas. A crítica a Smith atravessou o século XIX e serviu de base para o Modelo Hecksher-Ohlin, ponto focal para os teóricos ortodoxos que desenvolvem teses de comércio internacional na sequência, como Samuelson, mantendo intacto o princípio desenvolvido por Ricardo (SHAIKH,

1980). Isto evidencia a importância de se entender as críticas a Ricardo, porque as mesmas podem se estender às teorias posteriores.

Em sua própria teoria de comércio internacional, Ricardo dá uma solução para a questão implícita na visão smithiana de os países sem vantagens absolutas falirem diante de um cenário de livre mercado. Com o mecanismo de ajuste automático da balança de pagamentos e as vantagens comparativas, todos os países seriam felizes em participar de um comércio livre em nível global, possuindo vantagens ou desvantagens absolutas (GONTIJO, 2007). Para explicar sua teoria, Ricardo se utiliza de um exemplo com dois países e dois bens, Inglaterra e Portugal produzindo tecido e vinho, com as horas necessárias para a produção vide tabela:

Tabela 1 - Número de horas necessárias para produzir uma unidade de tecido e vinho na Inglaterra e em Portugal

	Tecido	Vinho	Razão vinho/tecido	Razão tecido/vinho
Inglaterra	100	120	1,2	0,83
Portugal	90	80	0,88	1,12

Fonte: Hunt e Lautzenheiser (2012)

A tabela de Hunt e Lautzenheiser (2012) ajuda a visualizar a argumentação dada por Ricardo (1996) no capítulo VII. Observa-se que Portugal gasta menos horas de trabalho em ambos os bens, ou seja, possui vantagens absolutas relativamente à produtividade da Inglaterra. Aqui se considera que os preços serão o próprio reflexo das horas trabalhadas, já que Ricardo era adepto do valor-trabalho. Pelas razões das horas trabalhadas em cada bem, percebe-se que Portugal produziria uma unidade de vinho com 88% dos esforços necessários para produzir uma unidade de tecido, enquanto a Inglaterra produziria uma unidade de vinho com 120% dos esforços necessários para produzir uma unidade de tecido. De maneira análoga, para produzir uma unidade de tecido, Portugal utilizaria 112% das horas necessárias para produzir uma unidade de vinho, enquanto a Inglaterra utilizaria 83% das horas necessárias para produzir unidade de vinho. Ou seja, é visível, através dos custos relativos, que Portugal possui vantagens comparativas na produção de vinho, e a Inglaterra possui vantagens comparativas na produção de tecidos.



Neste exemplo, se Portugal só produz vinho e deseja consumir tecidos, há duas opções: ou transfere horas de trabalho de vinho para produzir tecido, ou importa tecido inglês. Se os preços forem próximos à razão de custos e se o comércio puder ser realizado sob os preços internos de cada país, fica evidente que Portugal deveria importar tecido pelo preço de 0,83 unidades de vinho do que produzir internamente tecido ao custo de 1,12 unidades de vinho. Da mesma forma, para a Inglaterra seria mais vantajoso consumir vinho pelo preço de 0,88 unidades de tecido do que o produzir ao custo de 1,20 unidades de tecido. Se os países produzem tudo internamente, então desviam horas de trabalho preciosas que poderiam ser melhor aproveitadas se especializando no bem em que há vantagens comparativas. Demonstrada as vantagens comparativas, Ricardo afirma que o livre comércio é benéfico a todos os países, e qualquer tipo de restrição ao comércio reduz o benefício total dado pelo consumo de uma sociedade (RICARDO, 1996).

Este é um modelo essencialmente de trocas entre os bens onde se pressupõe equilíbrio na balança comercial, e, para Ricardo, eventuais desequilíbrios na balança comercial resultariam de mudanças nos preços relativos causadas por alterações tecnológicas. Supondo que uma alteração tecnológica faça o vinho inglês se tornar barato demais para se importar vinho português, ainda assim o comércio não se interromperia e os portugueses continuariam a importar tecido inglês, mas, ao invés de trocar por vinho, trocariam por dinheiro. Porém, soa insustentável que Portugal se mantenha emitindo divisas para a Inglaterra e acumulando déficits comerciais sem ter outras fontes de entrada de dinheiro, como superávits e produção de ouro.

A solução dada por Ricardo para este tipo de desequilíbrio envolve o mecanismo de ajuste automático exercido pela moeda no balanço de pagamentos. No exemplo, como Portugal incorre em déficits para continuar a importação de tecido, então ocorre um fluxo de divisas para a Inglaterra, que acumulará superávits comerciais com Portugal. Deve-se lembrar, entretanto, da influência da quantidade de moeda no preço da mesma e no preço das demais mercadorias: um excesso de moeda na Inglaterra decorrente dos superávits repercutirá em elevação



geral de preços, e, por outro lado, uma escassez de moeda em Portugal decorrente dos déficits terá efeito contrário, ocorrendo uma redução geral de preços. Isto soluciona a questão, pois os superávits ingleses aumentarão o preço do vinho inglês ao mesmo tempo que os déficits portugueses reduzirão o preço do vinho português, até o ponto em que o vinho português volta a ser importado pela Inglaterra. Então, para Ricardo, um eventual desequilíbrio da balança comercial causado por alteração dos preços relativos não seria suficiente para invalidar o comércio livre entre os países (GONTIJO, 2007).

Dentre as críticas de cunho marxista ao princípio das vantagens comparativas, Arghiri Emmanuel, em seu trabalho *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*⁸⁹, traz para o debate a questão dos fluxos de capitais. Em sua proposição, Ricardo não considerava a possibilidade de os capitais saírem de um país para outro, e Emmanuel, ao tempo que escrevia, notava ser esse um fator decisivo das economias modernas e que desafiava as vantagens comparativas. Para Emmanuel, o capital transpassava as fronteiras dos países ricos em busca da diferença de lucratividade existente nos países subdesenvolvidos. Supondo que os preços e a tecnologia sejam mais ou menos os mesmos entre os países, então devem existir características específicas dos países subdesenvolvidos para a lucratividade ser maior, e Emmanuel identifica o acesso a recursos naturais e, mais especialmente, os baixos salários dos países pobres. Diferentemente de pesquisadores que identificam benesses no investimento estrangeiro, Emmanuel relaciona este movimento de capital como fonte de estagnação dos países pobres, pois os capitalistas estrangeiros, oriundos de lugares com taxas de lucro achatadas pela competição, estão dispostos a aceitar lucros menores, expulsando os capitalistas locais do mercado. O valor gerado pelo trabalho local é então remetido ao país do capitalista estrangeiro, aumentando a desigualdade entre países (SHAIKH, 1980).

A despeito de Emmanuel ser crítico quanto a visão de Ricardo sobre o funcionamento de um mercado internacional e utilizar designações marxistas, faltou-lhe romper com o princípio das vantagens comparativas de Ricardo e estar

⁸⁹ Ver em Emmanuel (1972).



mais alinhado com o próprio Marx. É neste sentido que Shaikh (1980) elabora uma interpretação utilizando-se das leis de valor de Marx capaz de explicar o desenvolvimento desigual entre países, concentrando-se elementarmente na questão do livre comércio de mercadorias e desconstruindo completamente o princípio das vantagens comparativas. Nesta proposição, os países ricos, diante de uma situação de livre comércio, não apenas vão dominar o comércio com os países pobres como devem aprofundar esta relação desigual, diferentemente do que é proposto pelos defensores do livre mercado. Desta maneira, os países com vantagens absolutas mantêm os países com desvantagens absolutas em uma posição não apenas de deficitário crônico, mas também de um devedor crônico.

Shaikh (1980) inicia sua análise observando a Tabela 1, mas considerando o uso do ouro para o pagamento das horas de trabalho e como meio de pagamento para as trocas internacionais, já que não se trata de uma economia de trocas. No exemplo, Portugal possui vantagens absolutas nos dois produtos, e, como isto se reflete nos preços, a Inglaterra importa tanto vinho como tecido, mesmo sendo comparativamente mais produtiva em tecido. Para Ricardo, isto se resolveria com o mecanismo ajustador do balanço de pagamentos: a saída de ouro da Inglaterra significaria uma queda dos preços locais, até o ponto em que o produto comparativamente mais produtivo, tecido, se torna mais barato que o tecido português, e passa a ser exportado. Mas, sabendo-se das propriedades da moeda, na verdade a saída de ouro da Inglaterra decorrente dos déficits comerciais implicam em uma diminuição de reservas de ouro e, por conta da diminuição de dinheiro disponível para emprestar, as taxas de juros se elevam. As taxas de juros mais altas encarecem a produção e diminuem os investimentos, enquanto em Portugal se observa o movimento contrário decorrente dos superávits comerciais: taxas de juros menores e aumento da produção. Ou seja, como os déficits e superávits significam, respectivamente, redução e aumento do ouro entesourado, o mecanismo de ajuste automático de Ricardo não acontece.

Apesar de não haver um mecanismo de equilíbrio, esta é uma situação que não se sustenta tanto para a Inglaterra como para o comércio entre os dois países, continua Shaikh (1980). O movimento das taxas de juros nos dois países tornará



atrativo para os capitalistas portugueses fazer empréstimos aos ingleses, e, conforme estes empréstimos forem feitos, as taxas de juros de ambos os países tendem a se equivaler. Esta não é, no entanto, uma situação de equilíbrio, mesmo que os déficits comerciais da Inglaterra sejam supridos pelo crédito externo, isso porque o empréstimo é feito com intento de receber juros. Ou seja, além do amontoamento do principal, a Inglaterra pagará cada vez mais juros, mantendo uma saída crescente de ouro para Portugal. Por fim, considerando este exemplo semelhante a uma relação entre um país subdesenvolvido e um desenvolvido, Shaikh (1980, p. 226) conclui: “in free trade, the absolute disadvantage of the underdeveloped capitalist country will result in chronic trade deficits und mounting international borrowing. It will be chronically in deficit and chronically in debt”.

Aqui se percebe a grande influência que a concepção de moeda dá ao resultado final: para Ricardo, equilíbrio e benefício geral; para Marx, domínio comercial e financeiro, além de manutenção e aprofundamento das desigualdades entre países. Desde a época em que Ricardo escrevia, desequilíbrios de balanças de pagamentos e prevalência comercial de alguns países eram notáveis, e ainda assim suas recomendações de livre comércio conquistaram uma parcela relevante de economistas e progressivamente tornaram-se discursos sobre desenvolvimento por parte dos países ricos. Na opinião de Chang (2002), a adesão do discurso do livre mercado por parte dos países ricos é uma tentativa de manter os países pobres em sua condição de subdesenvolvido, já que, como ele mesmo observa em sua revisão da história do desenvolvimento dos países ricos, todos esses países (com breves exceções) se utilizaram de medidas protecionistas diversas em seu período de *catching up*. Chang (2002) identifica uma grande adesão de, por exemplo, tarifas alfandegárias por parte da Inglaterra e Estados Unidos em suas fases de caráter mais protecionista, sendo este último o país que provavelmente mais utilizou da lógica protecionista moderna.

Diante das críticas teóricas e da hipocrisia de países comumente lembrados pela posição contra o protecionismo, o período de abertura econômica que se



inicia na segunda metade do século XIX e um segundo movimento liberalizante do final do século XX se tornam objeto de importante investigação.

4. Sobre a América Latina e sua posição na economia mundial

O princípio das vantagens comparativas serviu como argumento basilar dos discursos pró livre mercado, fato já mencionado anteriormente, e incentivou períodos marcados por movimentos de abertura econômica e integração econômica. Nayyar (2006) entende a abertura econômica como um processo complexo onde se aprofunda a interdependência entre países e também a dependência de um país com outro, sendo considerável a dependência dos países subdesenvolvidos com os industrializados. O autor observa um aprofundamento da integração econômica internacional no último quarto do século XX e relembra que não é a primeira vez que o mundo move neste sentido, sendo pertinente o período que vai de mais ou menos 1870 a 1914. Comparativamente, é perceptível em ambos períodos uma expansão da razão das exportações dos países industrializados e seus produtos totais, e também se observa o uso de medidas protecionistas por estes países, com tarifas alfandegárias mais elevadas no fim do século XIX e barreiras não-tarifárias mais populares no período recente. Nos países subdesenvolvidos é visível a intensidade do investimento estrangeiro direto, participando de até 30%-33% do produto total destes países durante ambos períodos (NAYYAR, 2006).

Um dos desdobramentos do comércio internacional no século XIX é a formação de uma divisão internacional do trabalho, vista por Prebisch (1949) como um fracassado esquema que delegava à América Latina a posição de produtor de alimentos e bens primários. Fracassado porque desmanchou-se quando a suposição de que a América Latina não precisava se industrializar para obter sua proporção de ganhos no comércio internacional foi confrontada com a realidade, contrariando o princípio ricardiano das vantagens comparativas.

É importante ressaltar que esta análise feita por Prebisch não é de orientação marxista, apesar de suas conclusões reforçarem positivamente as críticas marxistas. Em sua análise, Prebisch (1949) vê no comércio entre a América Latina e os países centrais um desequilíbrio a favor do centro, evidenciado pela



deterioração progressiva dos termos de troca no período de 1876 a 1947: a quantidade de bens industrializados que se comprava em 1946-1947 era cerca de 68,7% do que fora possível comprar em 1876-1880 com uma certa quantidade de bens primários. Perante esta deterioração, os países centrais foram capazes de acumular divisas em ouro em grande quantidade, especialmente os Estados Unidos, que chegou a reter mais da metade do ouro do mundo no início da Segunda Grande Guerra e é destacado por ser um dos grandes culpados pela desigualdade comercial e os desequilíbrios mundiais.

Para Prebisch (1949), o fato dos preços industriais não terem diminuído enquanto os preços de primários caíram significa uma transferência dos benefícios do progresso técnico dos países periféricos para os centrais, e credita este movimento às diferentes características dos produtos em que a periferia e o centro se especializaram, além das diferenças na organização dos trabalhadores de cada tipo de produto. É difícil controlar a quantidade produzida dos bens primários da periferia comparativamente aos bens da indústria do centro, pois a produção do primeiro é em grande parte determinada pela natureza. Assim, considerando que o crescimento econômico é cíclico, os produtos primários são beneficiados na alta, porque a demanda aumenta além da capacidade de se ofertar mais, elevando os preços. Da mesma forma, durante uma baixa, os produtos primários são prejudicados porque acabam ficando com uma oferta excedente e seus preços caem, compensando os ganhos ocorridos durante uma alta. Por conta desta compensação, a variância maior dos preços dos bens primários sozinha não explica a retenção de ganhos por parte do centro. A explicação vem do fato da organização dos trabalhadores do centro ser mais coesa e possuir maior poder de negociação em comparação com a organização dos trabalhadores periféricos: durante uma alta os salários dos trabalhadores do centro se elevam, mas, por esses salários serem rígidos para baixo, durante uma baixa seus salários não caem. Além disso, a dinâmica entre centro e periferia possibilita os empresários do centro de transferirem esse ônus da baixa à periferia, acumulando então o benefício do seu próprio progresso técnico e também parte do benefício periférico (PREBISCH, 1949).



Adicionalmente a este problema desencadeado por movimentos cíclicos, Prebisch (e também, de modo independente, Singer, levando esta proposição a ser batizada de Tese Prebisch-Singer) coloca a questão da diferença na elasticidade-renda da demanda dos produtos primários e industrializados. Os bens primários possuem elasticidade-renda da demanda baixa, portanto a demanda por este tipo de bem fica relativamente menor conforme a renda mundial cresce, sendo cada vez menor sua proporção no comércio internacional, e o oposto ocorre para os bens industrializados. A periferia depende da importação de muitos bens de uso básico, o que significa depender do crescimento econômico mundial para manter suas exportações, mas, vendo em um prazo longo, o retorno por suas exportações se torna cada vez menor, enquanto as importações tendem a se tornar relativamente mais caras, sendo então impossível ter equilíbrio no balanço de pagamentos sob o sistema da divisão internacional do trabalho. A partir desta observação da realidade do comércio mundial e do desenvolvimento das primeiras ideias das críticas estruturalistas, e também diante de uma crescente restrição externa para a América Latina, Prebisch coloca como imprescindível desafiar as vantagens comparativas e iniciar a industrialização da América Latina (COUTO, 2007).

Mesmo não se pautando em uma visão marxista, Prebisch analisou um período suficientemente extenso onde se pode desconsiderar o funcionamento de um mecanismo monetário de ajuste automático da balança comercial. É observável o domínio comercial dos Estados Unidos, que, mesmo acumulando uma quantidade de ouro de imensa proporção, se valia da possibilidade de reduzir suas importações e manter fluxos positivos na balança comercial, enquanto para a América Latina é visível a deterioração dos termos de troca e o refluxo de ouro. Esta é, portanto, uma análise sobre o caráter perverso do princípio das vantagens comparativas e a colocação dos países latino-americanos em posição submissa no comércio internacional através da divisão internacional do trabalho, sendo o esquema centro-periferia análogo ao exemplo de Ricardo com dois países e dois bens. Apresenta-se na sequência as ponderações de Serrano e Medeiros (1999) sobre os desdobramentos da balança de pagamentos latino-americana na era do dólar flexível. Apesar de não ser também uma crítica inspirada na concepção marxista, é uma análise que utiliza de uma visão monetária onde há um elemento



comum na interpretação sobre a moeda: o fato da moeda ter a propriedade de ser reserva de valor. Esta propriedade é crucial para o desenvolvimento da crítica às vantagens comparativas feita por Shaikh, e os desequilíbrios constatados por Serrano e Medeiros são produto das assimetrias entre centro e periferia causadas pelo controle da moeda e das finanças internacionais, o que só é possível se a moeda é reserva de valor.

Do fim da Segunda Grande Guerra até 1971, o padrão monetário mundial vigente era o ouro-dólar, estipulado em Bretton Woods, mas cuja manutenção era inviável por conta dos conflitos entre as necessidades do país emissor da moeda mundial e o resto do mundo: os Estados Unidos deveriam incorrer em déficits no balanço de pagamentos para prover liquidez internacional, mas, para manter a preferência pelo dólar ao invés do ouro, deveriam manter o dólar valorizado, o que significa incorrer em superávits na balança de pagamentos, sendo este conflito conhecido por Dilema de Triffin⁹⁰. A solução encontrada pelos Estados Unidos foi de desmanchar unilateralmente este sistema e impor o dólar flexível e inconvertível como moeda internacional, causando turbulências econômicas até efetivamente passar a ser o padrão monetário na década de 80, quando a desregulação financeira começa a ser desenhada e crises são observadas na América Latina (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

Após um período de crises de dívida e no balanço de pagamentos na América Latina, observa-se uma tendência negativa para os países periféricos quando a desregulação financeira toma ímpeto no início da década de 90 junto com os relaxamentos de controle de importações, repercutindo em um baixo índice de exportações e pressão para elevação das importações, além de piora nos termos de troca. Nesta década, se vê uma mudança no padrão de financiamento externo para o Brasil e demais países latinos, convertendo a estratégia de expansão das exportações e compressão de importações em uma incessante busca por influxos volumosos de capitais estrangeiros, viabilizado pela alta liquidez internacional (MEDEIROS; SERRANO, 1999).

⁹⁰ Para mais sobre o período de vigência do ouro-dólar, ver Kilsztajn (1989).



Um problema reside no fato de capitais poderem sair com a mesma facilidade com a qual entram, e então capitais especulativos podem acabar proporcionando restrição de liquidez externa e crises de balanço de pagamentos. Além disso, estes capitais entram no país em busca de alguma remuneração, e o pagamento do serviço destes capitais impacta futuramente no balanço de pagamentos. Estes problemas relacionados aos capitais externos não são resolvíveis simplesmente dando-se preferência para o investimento estrangeiro direto, já que mesmo este pode se tornar capital especulativo. Além disso, este tipo de capital não tem atribuições capazes de resolver as questões estruturais do balanço de pagamentos, “a não ser que esteja em expansão contínua e diretamente conectado com a expansão das exportações (ou substituição de importações)” (MEDEIROS; SERRANO, 1999, p.142), caso contrário, os impactos do investimento estrangeiro direto no balanço de pagamentos são igualmente deletérios.

Com a flexibilização do câmbio, este gigante influxo de capitais decorrente da abertura financeira repercutiu em valorização cambial e perda de competitividade dos países latinos, aprofundando o crônico déficit comercial destes para com os mesmos países que enviam os capitais. Isto tornou mais difícil a obtenção de divisas para o pagamento do serviço gerado pelos passivos acumulados. Têm-se então a década de 90 marcada por um ajuste importador em que se ampliaram os meios e formas de financiamento externo e, por consequência, se ampliaram também os passivos externos, além de contraditoriamente se ter reduzido a capacidade de pagamento do serviço destes passivos (MEDEIROS; SERRANO, 1999). Ou seja, aprofundaram-se os problemas estruturais do balanço de pagamentos ao passo que os vultosos ingressos de capital mascararam o problema a curto prazo.

Por fim, fica visível que, além das dificuldades encontradas por países subdesenvolvidos em comerciar com países desenvolvidos, as reformas com vistas a aumentar a abertura econômica dos países pobres intensifica as assimetrias e promove desigualdades.



5. Considerações finais

O modo como Ricardo via a moeda condicionou toda sua teoria de comércio internacional, mas, por se sustentar em pressupostos desconexos com a realidade, como supor que a moeda é um bem como qualquer outro, suas conclusões guiam os países pobres rumo à estagnação. Mesmo com o desenvolvimento de outras teorias do comércio mundial dentro da ortodoxia, fica intacto o princípio das vantagens comparativas e as recomendações de livre comércio. Para Marx, a moeda é um bem absolutamente único, e a possibilidade de entesouramento desmonta o sistema equilibrista que resguarda as vantagens comparativas ricardianas.

Os países com vantagens absolutas podem entesourar os superávits obtidos via comércio, enquanto os países com desvantagens absolutas precisarão desta moeda entesourada pelos países ricos para cobrir seus rombos na balança comercial, que será obtida via empréstimos. Então, de acordo com Shaikh (1980), os países pobres em situação de livre comércio tendem a se tornar cronicamente deficitários e endividados.

As evidências empíricas desta relação desigual podem ser vistas tanto em Prebisch (1949) quanto em Medeiros e Serrano (1999). Em Prebisch, fica evidente que a especialização produtiva (fruto da divisão internacional do trabalho) e as características estruturais levam a periferia a transferir os benefícios do seu progresso técnico para os países centrais. Isto é visível pela constante deterioração dos termos de troca da América Latina. Então, mesmo com a especialização da produção, assim como recomendado por Ricardo e suas vantagens comparativas, e mesmo com o constante acúmulo de ouro por parte do centro, não se viu um mecanismo de ajuste automático que equilibrasse a situação em favor da periferia no período analisado por Prebisch. Já em Medeiros e Serrano, é possível ver o movimento de liberalização no final do século XX pressionando os países da América Latina a aumentar suas importações, relaxando os controles, sem necessariamente ampliar suas exportações. As vultosas entradas de capitais do período também apreciaram o câmbio, reduzindo a competitividade das exportações e proporcionando déficits comerciais, criando dificuldades para o



pagamento do serviço destes passivos acumulados. Têm-se, portanto, em ambas as análises, constatações que apontam positivamente para a crítica marxista, pois a América Latina em comércio com países desenvolvidos após períodos liberalizantes demonstrou déficits comerciais e sofreu restrições externas que não se balancearam através de um mecanismo de ajuste automático.

6. Referências Bibliográficas

BRUNHOFF, Suzanne de. **Marx on Money**. Nova York: Urizen Books, 1976. 139 p.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 1. ed., São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CORAZZA, Gentil; KREMER, Rodrigo Leite. Friedman e o Monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.65-87, set. 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25307>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.45-64, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100003>. Acesso em: 28 dez. 2017.

EMMANUEL, Arghiri. **Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade**. Nova York: Monthly Review Press, 1972.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2012. 512 p.

KILSZTAJN, Samuel. O Acordo de Bretton Woods e a Evidência Histórica: O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p.88-100, out./dez. 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/36-6.PDF>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

LAPAVITSAS, Costas. **Marxist Monetary Theory: Collected Papers**. Londres: Brill, 2016. 331 p.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A Importância Analítica da Moeda em Marx e Keynes. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n. 16, p.5-20, abr. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10555>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. A Relação entre Moeda e Valor em Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.40-59, abr./jun. 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/42-4.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.



PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **El Trimestre Económico**, Santiago, v. 16, n. 633, p.347-431, jul./set. 1949. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/40010-desarrollo-economico-la-america-latina-algunos-sus-principales-problemas>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996. 318 p.

_____. **The High Price of Bullion: A Proof of Depreciation of Bank Notes**. 3. ed. Londres: Harding & Wright, 1810. 74 p.

SHAIKH, Anwar. The Law of International Exchange. In: NELL, Edward J. (Org.). **Growth, Profits and Property: Essays in the Revival of Political Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. Cap. 13. p. 204-235.